

RECURSO ESPECIAL Nº 1.720.003 - SP (2017/0331256-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : C C DA S (MENOR)
RECORRENTE : A L C DA S (MENOR)
RECORRENTE : S C DA S (MENOR)
REPR. POR : M A C F
ADVOGADO : ANDREA PINHEIRO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP197589
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por C. C. da S. e outras, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 206/207):

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PENSÃO POR MORTE - LEI 8.213/91 - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADA - ESPOSA E FILHOS MENORES DE 21 ANOS - INICIO DA INCAPACIDADE POSTERIOR À PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO.

I - O laudo pericial da ação de aposentadoria por invalidez ajuizada pelo falecido já havia sido juntado anteriormente pela parte autora e o INSS se manifestou sobre o referido documento, não havendo que se falar em prejuízo à autarquia.

II - Em matéria de pensão por morte, o princípio segundo o qual *tempus regit actum* impõe a aplicação da legislação vigente na data do óbito do segurado.

III - Considerando que o falecimento ocorreu em 27.07.2014, aplica-se a Lei 8.213/91.

IV - O último vínculo empregatício do falecido encerrou em 10.10.2008 e o período de graça teria encerrado em 2009, tendo em vista que não tinha 120 contribuições sem interrupção que ocasionasse a perda da qualidade de segurado e não foi comprovada a situação de desemprego.

V - O laudo pericial da ação de aposentadoria por invalidez ajuizada pelo falecido concluiu que a incapacidade iniciou apenas em 27.10.2013, restando isoladas nos autos as declarações das testemunhas que afirmaram que ele estava incapacitado para o trabalho desde a época do último vínculo empregatício.

VI - Não demonstrada a qualidade de segurado do falecido na data do óbito.

VII - Preliminar de nulidade da sentença rejeitada. Apelação e reexame necessário providos. Tutela cassada.

Os embargos de declaração foram rejeitados, nos termos da decisão e-STJ, fls. 249/258.

Alegam as recorrentes violação dos arts. 42 e 102 e parágrafos da Lei n.

8.213/1991.

Sustentam que não ocorreu a perda de qualidade do segurado falecido, uma vez que foi provada a incapacidade laboral quando ainda era segurado.

Aduzem erro grave do judiciário em não conceder aposentadoria por invalidez ao segurado, porque era portador de doença grave constante de lista do Ministério da Saúde.

Argumentam que há a necessidade de suspender a eficácia do acórdão recorrido e determinar a manutenção da tutela deferida, posto que atende aos requisitos do art. 1.023, § 1º, do CPC/2015.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 268), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O Tribunal de origem concluiu da seguinte forma sobre a perda da qualidade de segurado do falecido (e-STJ, fls. 203/204):

O evento morte está comprovado com a certidão de óbito do segurado, juntada às fls. 30.

A qualidade de segurado do falecido é a questão controvertida neste processo.

[...]

O *de cujus* não tinha 120 contribuições sem interrupção que ocasionasse a perda da qualidade de segurado e não foi comprovada a situação de desemprego após o encerramento do último vínculo empregatício.

Dessa forma, o período de graça encerrou em 2009, nos termos do art. 15, II, da Lei 8.213/91.

Em tese, então, o falecido, na data do óbito (27.07.2014), já não tinha a qualidade de segurado, com o que não tinha direito a nenhuma cobertura previdenciária e seus dependentes, por consequência, também não.

A jurisprudência é firme no sentido de que não perde a qualidade de segurado aquele que deixa de contribuir em razão de estar incapacitado para o trabalho. Isso porque a incapacidade é contingência com cobertura previdenciária. Logo, se tinha direito a cobertura previdenciária no período, não pode perder a qualidade de segurado enquanto estiver incapacitado para o trabalho.

A parte autora alega que o falecido estava incapacitado para o trabalho desde a época em que encerrou o último vínculo empregatício.

Foram juntados os documentos médicos de fls. 32/35, todos emitidos em 2013.

Às fls. 74/78, foi juntado o laudo médico pericial da ação de aposentadoria por invalidez ajuizada pelo de cujus e que tramitou no Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto -SP (Processo nº 0011722-64.2013.4.03.6302).

Consta no referido laudo: "[...] conclui-se que o autor não reúne condições para o desempenho de atividades laborativas no momento, devendo dedicar-se ao tratamento em curso, visando melhoria do quadro de Hepatopatia Alcoólica e Desnutrição, ora apresentado" (fl. 77).

O perito judicial informou que não havia como afirmar a data inicial da

doença (DII), "pois quando se manifesta o quadro clínico a patologia já existia há tempos atrás, único documento contido nos autos pertinente sua doença está datado de 27.10.2013" e fixou o dia 27.10.2013 como data inicial da incapacidade (fl. 78).

Importante destacar que a ação de aposentadoria por invalidez foi julgada improcedente, conforme sentença juntada às fls. 81/82, tendo em vista que a incapacidade teria iniciado mais de quatro anos depois da perda da qualidade de segurado.

Na audiência, realizada em 22.09.2015, foram colhidos os depoimentos das testemunhas.

Embora a prova testemunhal tenha mencionado que o falecido estava incapacitado para o trabalho desde 2008, quando parou de trabalhar, observa-se que as declarações das testemunhas restaram isoladas nos autos, diante da ausência de documentos que pudessem comprovar que a incapacidade teria iniciado durante o período de graça.

Por esses motivos, na data do óbito, o de cujus não mantinha a qualidade de segurado.

REJEITO a preliminar e DOU PROVIMENTO à apelação e ao reexame necessário para julgar improcedente o pedido, cassando expressamente a tutela concedida.

Ao que se verifica do excerto transcrito, os dispositivos legais indicados no apelo nobre não possuem comandos normativos suficientes para infirmar as razões de decidir adotadas no acórdão recorrido, o que atrai a incidência do óbice da Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

No ponto:

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE SERVIDORES. ILEGALIDADE. RESSARCIMENTO DA DIFERENÇA ENTRE VENCIMENTOS. ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93. INAPLICABILIDADE. SÚMULA 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

[...]

2. A impertinência do dispositivo legal apontado como violado, no sentido de ser incapaz de infirmar o aresto recorrido, revela a deficiência das razões do recurso especial, fazendo incidir a Súmula 284 do STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'. (AgRg no AREsp 144.399/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 12/06/2012, DJe 18/06/2012).

3. Inviável o conhecimento da divergência jurisprudencial, pela inexistência de similitude fática entre os arestos apontados como paradigmas e o acórdão recorrido.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 155.254/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, julgado em 6/9/2012, DJe 17/9/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SIMPLES REITERAÇÃO DAS ALEGAÇÕES VEICULADAS NO RECURSO ANTERIOR. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 16, § 1º, I DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO EMBASADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. LEI ESTADUAL N. 8.369/2006. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF.

I - A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

II – É entendimento pacífico desta Corte que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal *a quo*, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

III – Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial, rever acórdão que demanda interpretação de direito local, à luz do óbice contido na Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.

IV - O Agravante não apresenta argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada, apenas reiterando as alegações veiculadas no recurso anterior.

V - Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 614.799/MA, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 3/3/2015, DJe de 17/3/2015)

Ao que se verifica dos autos, ainda, a controvérsia levantada no apelo nobre exige, para a sua definição, que se reapreciem aspectos fático-probatórios constantes dos autos. Isso porque o *decisum* recorrido, ao reformar a sentença, terminou por se pautar em fatos e provas trazidos a lume para formar a sua conclusão.

Dessa forma, em havendo o acórdão concluído, com lastro probatório, estarem ausentes as condições necessárias à concessão do benefício, modificar tal entendimento importaria desafiar a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. VENDEDOR DO "JOGO DO BICHO". ATIVIDADE ILÍCITA. ACÓRDÃO QUE NÃO RECONHECE O VÍNCULO PREVIDENCIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Inviável a apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais em sede de

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial, visto que, nos termos do artigo 102, inciso III, da Carta Magna, compete ao STF o exame de matéria constitucional.

2. O Tribunal de origem apreciou suficiente e fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, razão pela qual não há que se falar em violação ao art. 535 do CPC.

3. Não se conhece de recurso especial cujos dispositivos legais infraconstitucionais ditos por violados não foram objeto de análise e discussão pelas instâncias ordinárias, nem mesmo implicitamente, ainda que opostos embargos de declaração. Incidência da súmula 211/STJ.

4. Além do mais, havendo o acórdão recorrido delineado a controvérsia dentro do universo fático-comprobatório, não há como alterar o entendimento a que se chegou no Tribunal *a quo*, relativamente à validade do vínculo empregatício e à qualidade de segurado do de cujus, sem que se abram as provas ao reexame. Incidência da súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 451.371/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/3/2014, DJe 24/3/2014.)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. DOENÇA INCAPACITANTE DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. A pretensão de revisão do entendimento proferido na origem implica, no caso, reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 379.317/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/10/2013, DJe 16/10/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro